



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(Dos Srs. Paulo Abi-Ackel e Vanderlei Macris)

Requer que seja realizada reunião de Audiência Pública sobre denúncias feitas pelo ex-Diretor Financeiro da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, Sr. Oscar Jucá Neto em entrevista à revista Veja, de que “a CONAB está tendo seu patrimônio dilapidado por operações imobiliárias fraudulentas”, que “ali só tem bandido” e que tudo seria de conhecimento e com o aval do Ministro.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para que sejam convidados para reunião de Audiência Pública as pessoas a seguir listadas, para prestar esclarecimentos sobre denúncias feitas pelo ex-Diretor Financeiro da CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, Sr. Oscar Jucá Neto em entrevista à revista Veja, de que “a CONAB está tendo seu patrimônio dilapidado por operações imobiliárias fraudulentas”, que “ali só tem bandido” e que tudo seria de conhecimento e com o aval do Ministro:

- **Oscar Jucá Neto** – ex-diretor Financeiro da CONAB;
- **Evangevaldo Moreira Santos**, Presidente da CONAB;
- **Sílvio Isopo Porto**, Diretor de Política Agrícola e Informações da CONAB;
- **Marcelo de Araújo Melo**, Diretor de Operações e Abastecimento da CONAB;
- **Rogério Luiz Zeraik Abdalla**, Diretor Administrativo da CONAB;
- **Rômulo Sulz Gonsalves Júnior**, Procurador-Geral da CONAB;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- **César Borges de Souza e Alberto Borges de Souza** – proprietários e dirigentes da empresa Caramuru, localizada na Via Expressa Júlio Borges de Souza, em Itumbiara-GO.

JUSTIFICAÇÃO

A revista Veja, em sua edição de 30/07/2011 publicou notícia sob o título: “**Dinheiro por fora**”. Diz a notícia:

“Irmão do líder do governo denuncia corrupção, fraudes e propina no Ministério da Agricultura

Diário Oficial da União publicou na semana passada a exoneração do ex-diretor financeiro da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o administrador Oscar Jucá Neto. A demissão teoricamente poria um ponto final em mais um caso descarado de desvio de dinheiro público. Em sua edição passada, VEJA revelou que o ex-diretor autorizou um pagamento de 8 milhões de reais a uma empresa-fantasma que tinha como “sócios” um pedreiro e um vendedor de carros. Assunto encerrado, portanto. Só que Oscar Jucá não é um personagem qualquer. Ele é irmão do poderoso líder do governo, o senador Romero Jucá, foi indicado para um cargo reservado na cota do PMDB, o maior partido da base de sustentação do governo, e não assimilou pacificamente a forma como perdeu o emprego - classificada por ele como humilhante e resultado de uma armação de peemedebistas para atingir seu irmão. Jucazinho decidiu contar o que sabe. E o que ele revela soa o alarme sobre a possibilidade de um novo tsunami atingir o governo: a exemplo do que o PR fez no Ministério dos Transportes, o PMDB teria transformado o Ministério da Agricultura numa central de negócios do partido, tendo a Conab como posto avançado de tramoias milionárias e o ministro Wagner Rossi como comandante de todo o esquema.

Em entrevista a VEJA, Oscar Jucá revelou que existe um consórcio entre o PMDB e o PTB para controlar a estrutura de comando no Ministério da Agricultura. O objetivo é um só: arrecadar dinheiro. Nas mais de seis horas de conversa, o ex-diretor afirmou que a situação do Ministério da Agricultura é pior que a do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Para quem tem acompanhado com estorrecimento e indignação a profusão de denúncias de corrupção que já derrubaram 21 funcionários do Ministério dos Transportes nas últimas semanas, é assombroso imaginar que possa existir algo pior. Segundo Jucazinho, a Conab está tendo seu patrimônio dilapidado por operações imobiliárias fraudulentas que repassam aos padrinhos políticos dos diretores terrenos a preços muito abaixo do valor de mercado. Ele revelou o favorecimento a empresas de amigos e financiadores de campanha



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ligados aos partidos. Tudo isso, segundo afirma, se passando com o conhecimento e o aval do ministro Wagner Rossi, do PMDB, e do presidente da estatal, Evangevaldo Moreira dos Santos, do PTB. Diz o ex-diretor da Conab: "Ali só tem bandido".

Oscar Jucá acusou o ministro Wagner Rossi de ter lhe oferecido propina em troca de seu silêncio. Demitido por ter cometido uma irregularidade grave ao mandar pagar uma dívida judicial a uma empresa que, no passado, já foi ligada à família Jucá e hoje está em nome de um pedreiro, Oscar conta que nunca teve uma boa relação com o ministro Wagner Rossi, que queria nomear para a diretoria financeira da Conab um de seus apaniguados. Durante o mês em que ele ocupou o cargo, o ministro recusava-se a recebê-lo em seu gabinete. Em uma das poucas reuniões entre os dois, Rossi teria se referido a ele como "aquele diretorzinho de m...". Quando o caso do pedreiro foi revelado, o ministro quis demitir o desafeto. A decisão causou um entrevero entre o senador Romero Jucá e o vice-presidente da República, Michel Temer, que é padrinho político do ministro Rossi e apoiou a ideia de afastar Jucazinho. Há duas semanas, os dois caciques do PMDB tiveram uma discussão por telefone marcada pelo tom exasperado e pela troca de ameaças. Jucá disse: "Se você execrar meu irmão, eu vou te f.". Em resposta, Temer disse que a manutenção do senador na liderança do governo estava condicionada ao pedido de demissão do irmão dele. Os dois negam o embate verbal, mas a conversa, na parte do que disse o senador foi reproduzida por uma pessoa de sua intimidade. "Foi um recado duro", confirma o irmão do parlamentar. O rastilho de pólvora, a essa altura estava aceso.

Logo depois da publicação das revelações sobre as artimanhas de Oscar, Wagner Rossi chamou o ainda diretor a seu gabinete. Há duas versões para o encontro. A do ministro: "Foi uma conversa dura, desagradável, mas respeitosa. Eu falei que ele não estava à altura do cargo, que tinha cometido um erro grave e injustificável. No final, ele reconheceu que estava errado e concordou em pedir demissão". A versão de Oscar Jucá, o demitido, é bem diferente: "O ministro sugeriu que eu pensasse na possibilidade de mudar de cargo e disse: "Fica tranquilo que você vai participar de tudo". Pelo tom malicioso de voz, entendi o que ele estava querendo insinuar. Estava dizendo que receberia dinheiro por fora, propina, para ficar quieto. Não topei". Informado sobre a acusação na última quinta-feira, Rossi negou-a peremptoriamente: "Jamais faria esse tipo de proposta a quem quer que fosse. Essa conversa, nesses termos, jamais aconteceu". Ao ameaçar o vice-presidente - ou espalhar a versão de que ameaçou -, Romero Jucá tentava salvar a pele do irmão colocando Wagner Rossi como alvo de uma eventual retaliação. O ministro é identificado no governo como braço direito do vice-presidente da República. Atingi-lo é o mesmo que ferir Michel Temer."As conversas foram muito tranquilas. Apenas disse ao ministro e ao vice-presidente que a decisão de manter o meu irmão ficava a cargo deles. Da minha parte, não houve ameaça



CÂMARA DOS DEPUTADOS

alguma de retaliação" garantiu Romero Jucá. A retaliação, porém, veio através do irmão.

Um dos negócios nebulosos envolvendo a Conab que é subordinada a Rossi e foi presidida por ele durante o governo Lula - , segundo Oscar Jucá, envolve uma das principais empresas de armazenagem de grãos do país. Gigante do mercado agrícola, a Caramuru Alimentos tem como um de seus principais clientes a Conab. Além de fornecedora, é grande credora da estatal. Em abril deste ano, a Justiça determinou que a Conab pagasse à companhia 14,9 milhões de reais, referentes a dívidas contratuais reclamadas há quase vinte anos. Apesar da decisão final, nenhum centavo ainda foi pago. O motivo: representantes da Conab estariam negociando um "aceno" para aumentar o montante a ser pago. "O procurador-geral me disse que havia acertado pessoalmente com um contador da Caramuru que estava tudo combinado para elevar o pagamento para 20 milhões de reais", afirma Jucazinho. Desse total, 5 milhões seriam repassados "por fora" a autoridades do ministério."Isso sem nenhuma sustentação legal", conta o ex-diretor, que se recusou a assinar a autorização de pagamento.

A Caramuru, que é goiana, tem contatos influentes na esfera de poder da Conab. Um deles, talvez o principal, é o líder do PTB na Câmara, deputado Jovair Arantes, de Goiás. Coube a Jovair, como chefe do partido, a indicação do presidente da Conab, o goiano Evangevaldo Moreira. Este, por sua vez, nomeou o procurador-geral Romulo Gonsalves, aquele que deveria defender os interesses da estatal, mas que faz isso de uma maneira aparentemente imprópria: esforçando-se para pagar aos credores mais do que efetivamente eles têm a receber. Os donos da Caramuru, os irmãos César e Alberto Borges, mantêm relação próxima com políticos do PTB e do PMDB de Goiás. Embora milionários, eles são notórios pela sovinice quando o assunto é doação de dinheiro para campanhas políticas. Nas últimas duas eleições, eles abriram poucas exceções: doaram oficialmente 140.000 reais para ser repartidos entre quatro candidatos a deputado federal. O que recebeu a maior parcela foi Jovair Arantes. "Somos amigos de vários parlamentares de Goiás. O Jovair é apenas um deles", disse César Borges.

O papel da Conab deveria ser o de atuar como órgão regulador dos estoques de modo a garantir o abastecimento e evitar a flutuação exacerbada dos preços do milho, do arroz e do feijão. Mas a estatal, recentemente, decidiu atuar no mercado imobiliário. Em janeiro deste ano, ela vendeu um terreno em uma das regiões mais nobres e valorizadas de Brasília, distante menos de 2 quilômetros do Congresso e do Palácio do Planalto. Apesar de ser uma área cobiçada por empreiteiras e grandes empreendedores, uma pequena empresa da cidade apareceu no leilão e adquiriu o terreno pelo preço mínimo: 8 milhões de reais - um quarto do valor estimado de mercado. O comprador se chama Hanna Massouh, amigo e vizinho do senador Gim Argel1o, do PTB, mandachuva do partido, influente na Conab e onipresente em negócios mal explicados. O senador Gim Argello nega qualquer envolvimento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Diz Oscar Jucá: "Essa história da venda dos terrenos começou na presidência do Wagner Rossi. Estão dilapidando o patrimônio público. Se isso for devidamente investigado...". O ex-diretor pode estar exagerando quando compara a Conab e o Ministério da Agricultura ao Dnit, mas nunca é demais lembrar que o PTB, que hoje controla a estatal, é aquela mesma legenda que, em 2005, teve um de seus diretores filmados cobrando propina nos Correios - a gênese do escândalo do mensalão. A mesma legenda impunha a seus afilhados ocupantes de cargos públicos metas de arrecadação mensal para o caixa do partido. Será que os métodos do partido mudaram mesmo tendo à disposição um orçamento anual superior a 5 bilhões de reais? Pode ser. Mas as revelações de Oscar Jucá indicam justamente o contrário.

"A Conab é pior que o Dnit"

Desde que foi demitido da Conab, Oscar Jucá Neto se recolheu. Foi aconselhado pelo irmão, o líder do governo Romero Jucá, a se defender - mas também a se calar. Localizado por VEJA na semana passada, ele revelou bastidores do que acontece nos subterrânos do Ministério da Agricultura, principalmente na Conab a estatal em que trabalhou durante um ano como assessor e um mês como diretor financeiro. Foram três sessões de entrevista e horas de gravação. Jucazinho conta que a estrutura montada pelo PMDB e pelo PTB no Ministério da Agricultura mistura negócios nebulosos e interesses privados, e diz que o ministro Wagner Rossi lhe ofereceu propina em troca de silêncio.

Por que o senhor autorizou, por conta própria, um pagamento de 8 milhões de reais a uma empresa cujos donos são laranjas?

Eu não tinha como saber disso. Em nenhum momento fui informado de que tinha irregularidade nesse processo. Esse processo chegou para mim de uma forma muito tempestiva. Disseram que tinha de ser pago, que se não fosse pago haveria adjudicação de um bem que valia 40 milhões de reais. Cabia a mim pagar porque era um processo transitado em julgado. Eu não cometí ilícito nenhum.

Mas o ministro e o presidente da Conab confirmaram que o momento fui irregular e feito de forma clandestina.

Eles são mentirosos. Isso foi uma armação deles. Nunca fui um nome palatável para o ministro, por não pertencer a nenhuma panelinha política. Fui indicado pelo meu irmão. O ministro, que já tinha até um assessor dele escolhido para o meu cargo, nunca perdoou esse fato.

Por quê?

A Conab representa interesses poderosos e milionários. Só para você ter uma ideia: existe um processo lá, de um amigo dos diretores, que prevê o pagamento de uma dívida de 14 milhões de reais a uma empresa chamada Caramuru. Por conta própria, o procurador da Conab e um funcionário da Caramuru combinaram elevar o valor da dívida para 20 milhões. Isso sem nenhum embasamento legal. Ele me mostrou o processo e disse: "A dívida é de 14, mas já está tudo acertado para pagar 20 milhões". É isso que interessa a eles.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Eles quem?

O presidente da Conab, o procurador-geral e o próprio ministro. A Conab é pior do que o Dnit.

O senhor está dizendo que existe corrupção?

Corrupção? Com certeza. Se eu fosse a presidente da República, demitiria todo mundo lá. Por que alguém iria majorar o valor de uma dívida para beneficiar uma empresa? E tem uma história muito suspeita da venda de um lote da Conab.

Que história é essa?

Essa história já circula na empresa há muito tempo. Envolve milhões de reais e a venda de terrenos subavaliados. Começou na época em que o ministro Wagner Rossi era presidente da Conab (de 2007 a 2010), e o mais gritante dos negócios foi concluído no início do ano. Eles estão dilapidando o patrimônio público. Se isso for devidamente investigado... Prefiro não dizer mais nada.

O senhor está insinuando que o ministro da Agricultura está envolvido com irregularidades?

Tenho convicção disso, mas não tenho como provar. O ministro é um homem do Michel Temer. Faz o que o Temer manda. Mostrou que é poderoso. Deve proporcionar ao vice-presidente muita coisa boa, que eu com certeza não proporcionaria.

É fato que seu irmão reagiu às acusações feitas contra o senhor ameaçando o vice-presidente da República?

Meu irmão deu um recado duro, muito firme ao vice-presidente Temer: não permitiria que eu fosse execrado publicamente. Todo o meio político sabe dos detalhes dessa conversa.

Mas, apesar disso, o senhor acabou demitido?

Repto: saí porque não me queriam lá. Quando fui indicado, tentei falar várias vezes com o ministro. Ligava para me apresentar, mas ele nunca atendia. No dia em que ele finalmente marcou a audiência, escutei da antessala ele gritar que ia "estar com um diretorzinho de m...". Eu era o "diretor de m...".

Foi a única vez que o senhor esteve com o ministro?

Não. Houve mais dois encontros. Logo depois do pagamento que provocou essa polêmica toda, o ministro me convocou. Dedo em riste, sem deixar que eu me explicasse, ele disse que estava mandando cancelar todas as minhas portarias. Relatei a grosseria ao meu irmão, que ficou de falar com ele.

E o terceiro encontro?

O ministro me chamou outra vez ao gabinete dias depois. Dessa vez mais calmo, sugeriu que eu pensasse na possibilidade de mudar de cargo e disse num tom de voz enigmático: "Fica tranquilo que você vai participar de tudo".

O senhor entendeu isso de que maneira?

Receber dinheiro por fora.

Propina?

É, para eu ficar quieto. E eu não topei. Dias depois, quando vocês publicaram a matéria, o Milton Ortolan (secretário executivo do Ministério da Agricultura) ligou e disse que a minha situação era insustentável, que era para eu pedir demissão: "Oscar, fica



CÂMARA DOS DEPUTADOS

tranquilo porque nós vamos tentar compensar a sua perda salarial em outro lugar". Eu não aceitei e decidi sair. Ali só tem bandido, e não vou trabalhar com bandidos.

A reunião de Audiência Pública que ora requeremos é fundamental para o esclarecimento dos fatos, no desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 2011.

Deputado **PAULO ABI-ACKEL**
PSDB/MG

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP